

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 18 DE NOVEMBRO DE 2014

NÚMERO 6.756

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascarí
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Carlos Chiodini - Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Valdir Cobalchini
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Gelson Merisio

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Gilmar Knaesel
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar
Darci de Matos

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascarí
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Gelson Merisio
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Altair Guidi
Jean Kuhlmann
Ada Faraco De Luca
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Darci de Matos
Maurício Eskudlark
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Reno Caramori
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Serafim Venzon

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Darci de Matos
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Darci de Matos
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Altair Guidi
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Valdir Cobalchini
Altair Guidi
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon
Reno Caramori
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 094ª Sessão Ordinária realizada em 22/10/2014.....2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa8</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes 11 Avisos de Resultado 13 Extratos 13 Parecer 17 Portarias 18 Redações Finais 19</p>
---	---	---

PLENÁRIO

ATA DA 094ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra, a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, estamos a quatro dias de tomarmos uma decisão que vai

influenciar a nossa vida, as nossas cidades, o nosso estado e o nosso país.

No domingo, dia 26, o povo brasileiro retornará às urnas para eleger a presidente do Brasil.

Nessa campanha eleitoral muitos daqui que foram candidatos conseguiram chegar vitoriosos, e outros não. Mas fizemos, sim, um bom debate, o bom combate, mostrando proposta, mostrando as diferenças de projetos.

Nós ouvimos muita gente, pessoas simples, que vivenciaram esses últimos 12 anos de mudanças em suas vidas, pessoas que nos deram depoimentos interessantes, nosso líder, deputado Neodi Saretta, como um jovem, que disse o seguinte: "Não votar em Dilma Rousseff é arriscar o futuro.

Acredito que seja isso mesmo.

Nós que temos mais um pouco de idade, que vivenciamos dois governos, um da presidenta Dilma Rousseff e outro do Presidente Lula, sabemos que agora há outro Brasil, um Brasil diferente, um Brasil de oportunidades, como tenho falado sistematicamente. E esse é um palco para debate político. Temos feito uma reflexão com o povo catarinense, homens e mulheres.

As pessoas já pararam para pensar no que aconteceu na última década? O que a família, o que as pessoas vivenciaram na década de 90 ou até o ano 2002? Já pararam

para pensar no bairro onde moravam e na cidade onde moram hoje? Com os seus vizinhos, o que mudou na vida deles? Os seus vizinhos melhoraram ou pioraram de vida? A sua vida melhorou ou piorou? Tiveram a oportunidade de comprar um carro nos últimos anos? Trocaram a geladeira, a televisão, que era antes pequeninha e agora é uma televisão de plasma, de led. Há pessoas que tem até cinema dentro de casa!

As maiores lojas do comércio são as lojas de eletrodomésticos, porque as pessoas estão tendo oportunidade de trocar esses bens de consumo. Antes a maioria das pessoas trabalhava apenas para sustentar a família - eu sou dessa época -, mas hoje as pessoas sustentam a família e adquirem bens de consumo. É isso que mudou na vida.

Hoje os brasileiros e as brasileiras têm a oportunidade de comprar um carro novo, de viajar de avião, conquistar o sonho da casa própria e com isso tem a liberdade de escolher o que colocar dentro de casa. Antes era uma geladeira simples, agora é uma duplex, com modelo de congelador embaixo ou em cima. Agora dá para escolher, também um fogão de quatro ou seis bocas, dessa forma graças a Deus que o salário vale alguma coisa e as pessoas podem comprar.

A maioria dos brasileiros e brasileiras está empregada ou possuem um pequeno negócio, nunca houve tanta abertura de

supermercados, que antes funcionava até sábado meio-dia e agora alguns até funcionam 24h, de domingo a domingo, e sempre tem gente comprando.

Será que o Brasil está ruim? Eu fico a pensar! A presidente Dilma Rousseff era para ter 80% de aprovação nas pesquisas devido às melhorias que tivemos nessa última década. E olha que o Brasil tem 514 anos e o PT governa apenas há 12.

E nesses 12 anos foi feita uma revolução sem bala, foi feita uma revolução na vida das pessoas e para melhor. Por isso, temos sempre feito essa boa conversa com as pessoas, pois a renda das famílias cresceu devido à valorização do salário mínimo, dos aumentos reais de salários e também muito emprego.

Antigamente, via-se enormes filas de pessoas em busca de emprego. Já dei esse exemplo nesta tribuna, deputado Padre Pedro Baldissera, porque na minha cidade há um padre que, antes, benzia carteiras de trabalho, porque a maior procura das pessoas era trabalho. Hoje, ele continua benzendo, mas benze chaves de carros, chaves de casa própria, é isto que as pessoas levam para ele benzer. É essa mudança que houve na nossa vida e é essa a reflexão que temos que fazer.

Tínhamos uma casa de alimentação comunitária, chamada Associação Beneficente Bom Samaritano, na minha cidade, Blumenau, deputado Ismael dos Santos, onde o Padre João Bachmann servia 450 refeições por dia. E v.exa., deputado Ismael dos Santos, lembra-se disso, porque conhece a nossa cidade, era fila de pessoas na década de 2000 e 2001, para irem comer nessa Casa, e hoje o Padre João Bachmann continua a manter essa casa, mas não chega a 50 refeições diárias. Esse é o reflexo! As pessoas estão tendo direitos e condições de comprar alimentos, de matar a fome, de ter melhorias na vida. Então, é isso srs. deputados, sras. deputadas e público catarinense, que temos que refletir.

O Brasil é o único país no mundo onde o rico tem inveja do pobre, porque o pobre tem carro, tem casa, porque o pobre viaja de avião. Nunca se viajou tanta viagem de avião e todo mundo ganhou dinheiro, todo mundo tem as mesmas condições, o pobre, a classe média, o rico, todo mundo está bem no nosso país e nunca houve tanta geração de emprego.

Então, no dia 26 de outubro, vamos voltar às urnas. Temos duas propostas bem diferentes uma da outra.

(Passa a ler.)

"Um projeto que privilegia os banqueiros, os interesses internacionais, os poderosos, e a mídia, em detrimento do trabalho e dos trabalhadores, que é o representado pela candidatura dos tucanos.

E outro projeto, bem diferente, que privilegia o interesse nacional, o trabalho, o emprego, a educação, o desenvolvimento do país com distribuição de renda e de oportunidades representado pela presidente Dilma Rousseff.

Nessas últimas eleições a mídia e as forças da direita tentaram transformar essa eleição num debate sobre corrupção tentando desviar a atenção da população sobre os principais temas de uma eleição presidencial.

Apesar disso a nossa presidenta não fugiu do tema proposto. Mostrou que a grande diferença entre os tucanos e o PT é que nós investigamos e organizamos as estruturas de investigação nesse país e eles jogaram a sujeira para debaixo do tapete.

O Brasil irá vencer a corrupção com a mudança das leis e com a reforma política - justamente mudanças que são por eles barradas no Congresso Nacional.

Além disso, nós, catarinenses, temos inúmeros motivos para votar com alegria e com a cabeça erguida na nossa presidenta. Nenhum presidente investiu tanto em Santa Catarina como a presidenta Dilma Rousseff.

É por isso que o governador Raimundo Colombo está com Dilma. É por isso que o PMDB catarinense, o PSB, o PSD estão com Dilma. É por isso que a maioria dos prefeitos apoia a presidenta, que tem encaminhado recursos para todos os municípios em todas as áreas da administração.

Quero aqui dar alguns exemplos: na área da Saúde em Santa Catarina já se somam 448 médicos que atendem um milhão e meio de catarinenses. O governo federal está construindo 389 unidades básicas de saúde em parceria com as prefeituras. Estão sendo construídas 35 UPAs no estado e já são 1.505 equipes do programa de Saúde da Família.

Na educação dos catarinenses nossa presidenta garantiu a construção da Universidade Federal da Fronteira Sul e quatro novos campi da UFSC, em Blumenau, Araranguá, Curitiba e Joinville.

Em Santa Catarina 43 mil estudantes são beneficiados pelo Fies e 44 mil tem bolsa de estudo pelo ProUni. E temos agora mais de 30 unidades em funcionamento do IFSC e do IFC.

Dilma está ainda construindo mais de 160 unidades de educação infantil pelo estado, quatro delas serão em Blumenau.

Vocês sabiam que 3.200 jovens catarinenses estão estudando no exterior através do Programa Ciências Sem Fronteiras? E que temos mais de 590 escolas atendendo nossas crianças e jovens na escola em tempo integral? Temos 1.030 ônibus do Caminho da Escola que já foram entregues às prefeituras de Santa Catarina."

Então, muitas coisas boas têm acontecido no nosso estado. No dia 26 temos dois projetos e não podemos arriscar o futuro do Brasil, que está vivendo uma das melhores décadas de oportunidades para todos votando no outro candidato de Minas Gerais, mas que mora no Rio de Janeiro, um *playboy* que quer virar herói...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos que nos acompanham nesta Casa, na tarde de hoje, telespectadores, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero, inicialmente, mais uma vez, transmitir aqui a minha solidariedade aos nossos amigos de Lages, pois estamos acompanhando de perto tudo que ocorre naquele município.

Estivemos lá na semana passada, na quinta-feira e na sexta-feira, fazendo um roteiro, juntamente com a Defesa Civil, em decorrência da tragédia climática que se abateu sobre aquela cidade, que foi a chuva de granizo.

Hoje, pela manhã, ainda monitorávamos o relatório da Defesa Civil. O estado adquiriu, sr. presidente, 200 mil telhas, popularmente conhecidas como telhas Eternit, das quais 110 mil já foram entregues, mas com muita dificuldade. Não temos mais telhas nos três estados do sul: no Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina nem em São Paulo.

Há uma previsão de que pelo menos oito mil casas já tenham sido beneficiadas na cidade de Lages graças à agilidade da Defesa Civil. Mas não somente aquele município, como

outros municípios da região foram atingidos. Para São José do Cerrito foram encaminhadas 15 mil telhas, para Ponte Alta 20 mil telhas, para Bom Retiro 12 mil telhas, buscando-se dar a devida resposta a essa tragédia climática, como disse, que se abateu sobre a região.

Mais uma vez queremos aqui registrar, deputado Darci de Matos, a nossa solidariedade aos nossos irmãos de Lages e da região, meu líder de partido que tem caminhado conosco nessa perspectiva, e o nosso compromisso de estarmos acompanhando de perto as ações da Defesa Civil.

Sr. presidente, eu trouxe, nesta tarde, o relatório que recebi ontem da secretaria da Assistência Social, o Plano Estadual de Política sobre Drogas. Uma minuta, na verdade, mas um anseio de muito tempo. Foi uma satisfação receber, ontem, em meu gabinete, o Conen - Conselho Estadual de Entorpecentes -, e junto com a secretaria da Assistência Social poder receber a boa notícia de que o estado de Santa Catarina finalmente passa a adotar uma estratégia diferenciada no que diz respeito às suas ações de prevenção e combate às drogas. Digo diferenciada até do ponto de vista do programa *Crack*, é Possível Vencer, quando se optou em Santa Catarina pela construção de uma política pública muito lincada, pactuada com as redes municipais, e essa parceria entre as estruturas governamentais, conselhos estaduais e municipais, e o terceiro setor que temos defendido, que são as comunidades terapêuticas.

Quando me debrucei sobre o relatório, que é bastante extenso e intenso, entendi que uma das principais propostas desse relatório e talvez da eficiência da proposta esteja exatamente na estratégia de regionalização das políticas públicas, alcançando-se a proposta de mobilizar e ter a adesão dos municípios catarinenses nessas políticas através de alguns critérios, dos quais declino aqui. Primeiramente, o porte dos municípios por distribuição populacional, a caracterização de fronteiras marítimas, o acesso viário no estado, os serviços ofertados pela rede de atendimento municipal, regional e estadual e os índices de criminalidade nas regiões metropolitanas.

Eu acredito que os técnicos foram muito felizes quando dividiram o estado em sete mesorregiões, com uma média, aproximadamente, de 40, 50 municípios integrantes de cada região, o que possibilita fomentar colegiados gestores dessas políticas nas distintas regiões.

Com a contribuição que a nossa comissão, a Comissão de Combate e Prevenção às Drogas, deu também a esse trabalho, graças às diversas audiências que participamos, foram mais de dez audiências no estado, juntamente com a secretaria da Saúde, secretaria da Educação, da Assistência Social, da Segurança Pública e da Cidadania e Justiça, chegamos a algumas conclusões que rapidamente gostaria de compartilhar nesta tarde.

Entendemos que, para atingir esses objetivos propostos nesse relatório rumo ao enfrentamento desse grande desafio de monitoramento, controle, cuidado e combate ao uso abusivo das drogas lícitas ou ilícitas, esse plano catarinense de políticas públicas, naturalmente uma minuta, como disse, que agora passa para um debate de adequação e aperfeiçoamento, há alguns desafios em algumas áreas que gostaria de destacar:

Nas áreas de saúde, educação e assistência social, ampliação dos serviços da rede de saúde mental e incremento de novos leitos psiquiátricos em hospitais gerais - e esse é um grande desafio;

Ampliação da rede de CAPS, e aí, certamente, numa parceria com o governo federal;

Cofinanciamento estadual de equipes de referência da rede de saúde nas mesorregiões;

Formação e qualificação permanente intersetorial dos profissionais da rede;

Garantia de efetivação do Proerd e do Nepre nos municípios, isto é, pela secretaria de Educação, o Nepre, e pela Polícia Militar, o Proerd que vem fazendo um trabalho fantástico há mais de 15 anos - um milhão de catarinenses já passaram pelo Proerd e precisamos ampliar, inclusive, na extensão a outras faixas etárias;

Criação e promoção de campanhas nas diversas mídias, principalmente para a prevenção, e que será a nossa ênfase no ano de 2015, se Deus quiser;

Revitalização e criação de áreas públicas para lazer, esporte e cultura, que faz parte de todo um aparato de prevenção;

Aquisição e distribuição de material educativo sobre tema de uso transversal no Cras, Creas, enfim, no sistema socioeducativo também;

Na área de segurança pública, o fomento político para ampliação e criação dos Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas. Infelizmente o Conen colocava-nos ainda ontem que, dos 295 municípios, apenas 83 estão com os seus Comads em ação e é preciso motivar os prefeitos e vereadores para que possam fomentar esse trabalho nos diferentes municípios de Santa Catarina.

Um dado importante e interessante que precisamos aprofundar é a criação de um protocolo intersetorial e um sistema de informação compartilhada. Porque quando o dependente químico bate no Conselho Tutelar, na assistência social ou mesmo na Polícia Militar, não se sabe qual é a porta de entrada. E quero aqui destacar Itajaí, que talvez seja modelo e exemplo para todos nós nessa perspectiva e que definiu uma porta de entrada, que passa a ser a secretaria de Assistência Social. Quando o dependente químico chega lá é feito o encaminhamento devidamente. E para a internação em qualquer comunidade terapêutica é preciso passar por esse protocolo, e é isso que queremos fomentar em todos os municípios de Santa Catarina.

Sabemos que o incremento no efetivo e na estrutura física da Segurança Pública é um grande desafio no contexto da Polícia Militar, que tem aí em torno de 10 mil policiais militares e precisaríamos ampliar para 15 ou 20 mil, assim como o monitoramento eletrônico.

Mas, em linhas gerais, eu diria, sr. presidente, para concluir a minha intervenção, que essa minuta de um plano catarinense de políticas públicas sobre drogas é certamente um dos caminhos possíveis para iniciarmos um processo de transformação social que há muito é desejado por milhares de famílias que sofrem com as consequências que o universo da dependência química traz em seu rastro de destruição.

Por isso, quero agradecer ao Conselho Estadual, uma vez que ontem mais de dez conselheiros estiveram presentes em meu gabinete, juntamente com representante da secretaria de Assistência social, entregando-nos essa minuta do Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, que, como disse, merece todo um aperfeiçoamento e uma adequação para que possamos de fato contribuir para uma Santa Catarina sem drogas. Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre

Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e público que nos acompanha, quero registrar que estão acompanhando hoje esta sessão, fazendo-nos uma honrosa visita, os vereadores do município de Ipumirim, Claudiomiro Cerutti, nosso companheiro vereador, sindicalista de muitas caminhadas e de muitas lutas da agricultura familiar. Gostaria de cumprimentar também os vereadores Severino Padia, Almir Cegueto, Gilson Conte, do nosso querido município de Ipumirim, no Alto Uruguai Catarinense que estão nos prestigiando hoje, buscando aqui um trabalho de projetos e políticas para seus municípios. Os nossos vereadores estão sendo questionados, inclusive respondendo a ações judiciais, sobre o porquê de suas idas e vindas a esta Casa. E esses vereadores que foram questionados, sou testemunha, foram denunciados por terem vindo discutir sobre as ferrovias, na Frente Parlamentar. E eu, com muito orgulho, em meu testemunho, defendi os vereadores dizendo: É papel, sim, do vereador ir atrás das questões dos municípios, vir para Florianópolis, visitar os deputados, discutir, ainda mais quando se trata de um projeto de interesse do município como o tema das ferrovias.

Então, defendo que os vereadores devem, sim, participar de decisões nesta Casa, e nós deputados, temos que fazer o nosso papel em defesa da luta pelos nossos municípios, pela nossa população. Então, quero agradecer a presença dos nossos companheiros vereadores de Ipumirim.

Eu quero aqui, inclusive, justificar, que na quarta-feira passada estive em Chapecó, por isso, não estive aqui na sessão, estava comemorando uma grande conquista do município de Chapecó com muitas lideranças que lá estiveram presentes, juntamente com o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio dos Passos, e da ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Tivemos esse fato extraordinário que foi a assinatura da ordem de serviço do segundo projeto da nossa ferrovia.

Trata-se de uma luta que encampamos há muito tempo e que muitos diziam que jamais iria acontecer, que era um sonho e que não iria se realizar. Nós perseguimos, nos organizamos e queremos registrar o grande papel do nosso ex-deputado Claudio Vignatti, que foi o relator do Orçamento da União e conseguiu incluir obras importantes, sendo que algumas já estão prontas e outras estão em processo de conclusão. Importantes obras para Santa Catarina, uma delas é a Ferrovia da Integração, cujo projeto técnico já foi assinado. É um projeto no valor de mais de R\$ 40 milhões e a empresa que ganhou a licitação tem 22 meses para terminar.

Então, na quarta-feira passada, a partir do momento da decisão política do governo federal em licitar o projeto da Ferrovia da Integração, passamos a dizer o seguinte: a ferrovia passa a ser realidade e Santa Catarina. Vamos lutar muito. Primeiro para a empresa cumprir os prazos, porque infelizmente, virou costume, deputada Ana Paula Lima, as empresas assumirem as obras, ganhar a licitação e depois começar a empurrar os prazos. Isso está acontecendo em obras estaduais que estão paradas por isso. Isso está acontecendo em obras federais também, inclusive esse é um tema cujo debate precisamos aprofundar para criar uma legislação mais clara nesse sentido, em que as empresas assumam de fato as licitações que participam e ganham.

Então, vamos ter um trabalho intenso de acompanhar os prazos.

Isso, segundo o ministro, está bem encaminhado e vai estar no PAC III a construção e a licitação da obra da ferrovia, que é o segundo passo para esse belo e importante projeto para todo o setor produtivo de Santa Catarina, para que os agricultores que produzem frangos, suínos, que produzem leite para as indústrias que importam, produtos que estão lá no oeste, que tem um grande custo de transporte hoje, poderem se beneficiar e a região poder crescer e se desenvolver.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Agradeço ao deputado Dirceu Dresch e gostaria de deixar dois posicionamentos relacionados a sua fala.

Em primeiro lugar, sobre a questão dos vereadores, gostaria de dizer que acho justo, legítimo e legal o encaminhamento que eles fazem. Muitas vezes aprovamos moções e pedidos de informações que os interessam e é normal que eles venham à capital do estado verificar o encaminhamento desses pedidos. Então, o vereador não tem que ficar lá limitado as suas ações, mas tem que ter o direito de acompanhar, junto ao estado, aquilo que está ocorrendo dentro do que foi aprovado na Câmara de Vereadores e dentro do que é um pleito para o município.

E a abordagem com referência à ferrovia é fundamental. Eu acho que até essa discussão, esse momento político, proporcionou uma discussão maior em alguns assuntos, pois vemos que a prioridade, principalmente para o nosso oeste, para cortar o nosso Brasil, é a implantação de ferrovias para que possamos ter rodovias com melhores condições de trânsito, tirando o transporte pesado da economia, o que é importante para o sistema ferroviário.

Então, gostaria de parabenizar v.exa. pela abordagem. Vejo que o Brasil caminha nesse sentido e será muito importante para o desenvolvimento do nosso estado.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark, pelo aparte.

Gostaria de registrar, ainda, que os ministros visitaram também uma das mais bonitas obras do oeste do estado: o acesso a Chapecó. Esta obra está praticamente concluída, faltam duas passarelas, inclusive houve uma cobrança no intuito de saber o porquê que essas passarelas não estavam prontas e por que a obra não está totalmente concluída sendo que já está aberta ao tráfego de carros e caminhões. Mas faltam as passarelas, que, inclusive, cobramos, fomos fazer uma visita a esse acesso, e também fomos fazer uma visita na travessia urbana, na duplicação, em Xanxerê, que está em processo acelerado de término daquela bela e importante obra que esteve paralisada.

Houve toda uma mobilização da Câmara de Vereadores e, felizmente, conseguimos junto ao governo federal garantias de recursos para terminar a referida obra.

Então, temos três grandes investimentos que o oeste vem recebendo, além da BR-163, no município de São Miguel d' Oeste, e toda essa reestruturação do município de Dionísio Cerqueira.

Então, isso é pensar longe! Mas, infelizmente, tivemos também a situação de uma empresa que abandonou a recuperação da BR-282, de Chapecó até São Miguel d' Oeste, que também cobramos muito do superintendente do DNIT e do ministro a ação

imediate daquele trajeto, pois a rodovia está em péssimas condições, principalmente de Nova Erechim até a divisa do município de Maravilha.

Quero aqui reafirmar, sr. presidente, os grandes investimentos, além do tema da ferrovia e das rodovias, que Santa Catarina está recebendo. E se fala muito do atraso do Brasil, mas temos, com certeza, um momento extraordinário, em que continuamos crescendo. Passamos por todo esse processo de crise internacional e o Brasil continua crescendo e distribuindo renda. Isso que é extremamente importante, crescer com melhoria de vida do seu povo.

Então, quero aqui ressaltar a importância de o Brasil melhorar a vida do seu povo, das pessoas poderem comprar carro, dos jovens poderem estar nas universidades, das pessoas melhorarem a sua renda, o seu salário e, além disso, os investimentos em infraestrutura.

Santa Catarina se beneficia muito disso porque o nosso estado produz muitos alimentos, especialmente o alto vale, o oeste, a região sul. E, com a melhoria de renda do povo brasileiro, com a distribuição de renda, o governo proporciona às pessoas o benefício de se alimentar melhor, e aí a agricultura familiar, com certeza, como dizia ontem com relação à questão do leite e outras atividades, vem tendo um crescimento fantástico pelo simples fato de terem melhores condições de salário, de alimentação e vestuário.

Por isso, não temos dúvida de que este projeto precisa ter continuidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Antes, porém, esta Presidência registra a presença nesta Casa de vários vereadores dos municípios de Brunópolis, Mondai, Ipumirim e outros que estão de passagem neste Parlamento.

Desejamos a todos boa estada no Parlamento Catarinense.

Com a palavra a deputada Ada Faraco De Luca, por até 14 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA - Boa-tarde! É uma pena, sr. presidente, pois não sabia que hoje tinha 14 minutos, geralmente são seis. Então, vim preparada para o tempo de seis minutos.

(Passa a ler.)

"Boa-tarde, sr. presidente, membros da Mesa Diretora, caros colegas deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e imprensa em geral.

Venho a esta tribuna, na tarde de hoje, para falar sobre o assunto, deputado Ana Paula Lima, do segundo turno para os presidenciais que acontecerá no próximo domingo, dia 26.

Minha intenção desta vez é salientar a importância do voto dos catarinenses para a reeleição da presidente Dilma Rousseff e também com ela o nosso Michel Temer, candidato a vice-presidente de Dilma Rousseff e presidente nacional de meu partido.

Na semana passada quando nos reunimos com Dilma Rousseff e Michel Temer aqui em Florianópolis, o nosso governador Raimundo Colombo falou sobre o 'voto de gratidão' que devemos dar a este governo federal que tanto ajudou Santa Catarina. Esse é o voto que venho pedindo e gostaria aqui neste momento de discorrer um pouco mais sobre a gratidão que Santa Catarina deve a este governo.

Muitas pessoas têm questionado meu posicionamento em relação a esta reeleição, esquecendo que o vice-presidente é do PMDB. Quero esclarecer a tudo e a todos que sou e sempre fui partidária e, neste momento, não seria diferente defendendo sempre e seguindo sempre o meu partido, o PMDB.

Além deste 'voto de gratidão', complemento pedindo o 'voto de consciência'. O nosso estado hoje tem um dos melhores indicadores sociais do país. Estamos quase no topo do ranking do IDH brasileiro, ocupando o terceiro lugar nesta lista. Isso garante a Santa Catarina uma das melhores qualidades de vida do nosso Brasil que se reflete na expectativa de vida da nossa população de 84 anos.

Temos em Santa Catarina o menor índice de analfabetismo desse país, também a maior taxa de escolaridade com 92,2% das crianças entre os jovens de 6 a 14 anos estudando. Somente em 2014 foram investidos pelo governo federal quase R\$ 55 bilhões na educação de crianças, jovens e adultos.

As taxas de desemprego também não são mais as que eram antes, o nosso crescimento é duas vezes maior que a média nacional. As indústrias do nosso estado é a quem tem o maior número de empregados desse país proporcionalmente. A implantação da BMW em Araquari é um grande exemplo de quanto o governo federal tem apostado em nosso estado. Com isso mais de 1.300 mil empregos foram criados, não podendo esquecer a TransGas que é o maior projeto de indústria desse país com investimentos de US\$ 2,7 bilhões, com envolvimento de cinco mil operários e depois de pronta a geração de mais de 400 empregos diretos e 600 indiretos. Quase R\$ 15 bilhões em investimentos nas nossas indústrias.

Na construção civil, temos a grande Anita Garibaldi, em Laguna, que é um bom exemplo; o fim da duplicação do trecho sul da BR-101 também é um bom exemplo. Vejam quanto desenvolvimento o nosso estado está adquirindo. E juntando-se a isso também não vou repetir o que a deputada Ana Paula Lima já citou aqui. Com esses dados quero mostrar todo o potencial existente em Santa Catarina. O nosso PIB em 2014 será três vezes maior que a média nacional. Isso demonstra a forte contribuição do governo federal nesse crescimento.

O apoio que o governador Raimundo Colombo tem dado à reeleição da presidente Dilma, que por muitos tem sido criticado, é de suma importância para o nosso estado. É importante lembrar que diante de tantas tragédias sofridas com as chuvas em nosso estado nos últimos anos, o governo federal liberou mais de R\$ 1 bilhão para reconstrução das cidades afetadas. Santa Catarina está no seu melhor momento e precisa do apoio da população para termos, de novo, a partir de janeiro de 2015, Dilma e Temer no Poder junto com o nosso governador. E aí haveremos, sim, com certeza, com o nosso povo, de fazer com que o nosso estado cresça mais.

Num momento em toda a população clama por mudanças é preciso saber qual a mudança que se quer. É muito importante fazermos uma avaliação e uma análise de consciência. Para tanto, o voto precisa ser consciente e não um oba, oba. Só assim teremos o resultado que nos levará a um futuro ainda melhor."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pelo tempo restante do PMDB, o sr. Deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, comunidade que nos ouve, é com satisfação que estamos aqui para parabenizar todos os deputados estaduais que conseguiram a reeleição a também os novos que estão chegando.

Quero falar da importância desta Assembleia, de construirmos uma sociedade melhor para todos através das nossas proposições, das leis que aqui são aprovadas, dos atos do governo que são realizados em Santa Catarina. Temos o dever de aprimorar as leis e fazer com que a sociedade sinta a força do Parlamento. Mas, muitas vezes as leis não são regulamentadas, desenvolvidas e não chegam à população. Precisamos que sejam regulamentadas para que a população seja a grande beneficiada.

Nesta Casa, temos a prerrogativa de elegermos no início do ano o presidente da Assembleia Legislativa, e é necessário que o presidente represente os anseios do povo catarinense. É importante que haja o encaminhamento de outras questões importantes para o futuro governo que foi eleito, de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira. Esperamos que haja o desdobramento dos compromissos assumidos em campanha pelos candidatos a deputados estaduais, federais e senadores.

Essas prerrogativas e compromissos de campanha que assumimos perante a comunidade devem ser realmente transformados em ações de governo a fim de que a comunidade seja beneficiada em todos os segmentos.

Na questão das drogas, da dependência química, é necessário que seja realizado um trabalho como fizeram com relação ao meio ambiente. A questão ambiental se instalou nas escolas de tal maneira que as crianças absorveram a importância de termos um cuidado especial com o meio ambiente. Precisamos ter a mesma força. Não há a força internacional que fez com que o tema meio ambiente fosse bem tratado na Educação, mas existe a força federal, estadual e municipal que pode interferir e fazer com que os adolescentes sejam protegidos. A prevenção às drogas precisa começar nas escolas e depois é preciso que sejam feitas ações de combate ao tráfico de drogas. Lugar de traficante é na cadeia!

Depois disso, é necessário recuperar o drogado. Essa função é da Saúde. E temos certeza de que a Saúde tem muito a fazer pela nossa sociedade. Já, no início da legislação, existiam pedidos feitos para a construção de centros para dependentes químicos nas regionais deste estado. A construção desses centros para os dependentes químicos têm urgência.

Nós esperamos que o governo, realmente, tome medidas necessárias para que haja a construção desses centros da maneira mais ágil possível, mais rápida possível. Conversando com o deputado Ismael dos Santos sobre um projeto importante do governo que vai ser desenvolvido, sem dúvida nenhuma, no ano que vem, sabemos que vamos precisar colocar verba no Orçamento ainda este ano, para os dependentes químicos, para os drogados. As bebidas alcoólicas precisam ser encaradas de maneira importante, de frente. Hoje, o álcool é o principal drogado do Brasil. Aí é que começa as grandes encrencas familiares. Nós temos que fazer com que as propagandas de cerveja e álcool, enfim, de bebidas alcoólicas, sejam coibidas, assim como é feito com o fumo, e até colocar no rótulo que a bebida é prejudicial à saúde. Isso é o que temos que fazer. Combater as bebidas alcoólicas, que é a principal droga, depois, cocaína, maconha, etc.

Essa será, sim, a grande ação social que o governo deve representar e agir no próximo mandato de quatro anos de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, quero, inicialmente, cumprimentar todas as pessoas que se envolveram diretamente na campanha, juntamente com cada deputado, assessores mais próximos, e saudar todos eles em nome do Tiãozinho, vereador de Itapema, que está nas galerias desta Casa, acompanhado pelo Gil, pelo Fábio, também pela Gisele Mafra, superintendente da Cultura daquele município.

Quero abordar um tema que certamente é pertinente a cada um de nós, a cada uma das nossas regiões.

Nós temos, em Santa Catarina, aproximadamente, 300 mil acadêmicos, sendo que 150 mil estão lá na fundação, nas universidades fundacionais, na Acafe; outros tantos, nas universidades particulares; e um pequeno número, em torno de 20 mil, no máximo 25 mil, na universidade pública estadual ou federal.

Observa-se que o percentual bancado pelo governo, pelo poder público, na verdade é uma minoria se comparado aos 300 mil, ou seja, em torno de 10% de todos os universitários, apenas, estão na universidade pública. E ainda devemos dizer que existe um grande número de acadêmicos, de alunos, jovens, que não concluíram ou nem fizeram o segundo grau pelas condições que possuem, pois não têm como fazer uma faculdade, como pagar, seja particular ou fundacional, e na pública, é uma loteria, já param antes, já param na metade do ensino fundamental ou no máximo fazem o ensino fundamental e dali para frente já começam a trabalhar para ganhar um dinheiro, mesmo que pouco.

Certamente essa é a angústia de um grande número de jovens e acredito que, se hoje temos 300 mil nas universidades, há mais de 300 mil que abandonaram os estudos, nem fizeram o ensino médio completo ou não fizeram nada justamente porque não tem perspectiva de fazer uma faculdade.

Então, podemos contar com, praticamente, 500 a 600 mil jovens que certamente gostariam de fazer uma faculdade, um curso profissionalizante, de agregar valor aquilo que eles já sabem fazer para ter mais qualidade de vida. O maior capital que cada um tem é aquilo que sabe fazer e o caminho mais curto ainda é a universidade. Muitos jovens fazem ou escolhem a faculdade por aquilo que podem pagar e não por aquilo que gostariam de fazer e, muito mais, por aquilo que o mercado consegue absorver. Se o jovem consegue pagar apenas R\$ 700,00 por mês, então, ele olha a lista do custo da faculdade e vai fazer um curso que fica em torno de R\$ 700,00. Sendo assim, um jovem que consegue pagar apenas R\$ 1.000,00 não vai nem pensar em iniciar um curso que custa R\$ 3 mil. Não tem como fazer porque não há como bancar essa faculdade.

Inúmeros pais e mães estão dizendo que gostariam que seu filho fosse engenheiro, mas como é que vai pagar a faculdade? O senhor me arrumaria uma bolsa? Eu acredito que essa cena é a do nosso cotidiano e duvido que algum deputado passe o dia sem ouvir

quatro ou cinco pessoas falando sobre isso, sobre essa angústia de como bancar a sua faculdade.

E olhando o rol de oportunidades, veremos a universidade pública, que dá, para apenas 10% do total do número de estudantes, a possibilidade de bolsa, através do art. 170, cujos valores variam de 25%, 30%, 40% e, no máximo, 50%. Mas eu pergunto aos senhores que diferença faz esse percentual para alguém que não ganha, que não tem nada para pagar a faculdade? Aonde ele irá buscar os outros 70%? Ou mesmo aquele que ganhe 50%, aonde ele vai buscar os outros 50% se ele e a família dele ganham de um a três salários mínimos, como é a classificação no caso do art. 170? Assim, a família ganha uma bolsa de 50% para ajudar a custear uma faculdade de R\$ 1.000,00 e vai ganhar os outros R\$ 500,00 aonde se a família, além de ter outros filhos para sustentar. Impossível!

Então, mesmo aqueles que ganham a bolsa e mesmo os que ganham 50%, de certeza, estão com extrema dificuldade. E, além do art. 170, que é pouco, insuficiente, temos o Fies - Financiamento do Ensino Superior -, mas que é uma operação bancária, é negócio de banco. Ganha o Fies aquele que demonstra que vai conseguir pagar depois. Como é que vai pagar depois se ele não tem nenhum capital? Como é que ele vai pagar depois se a família ganha dois, três, quatro salários mínimos por mês?

Então, o Fies ajuda aquele que consegue demonstrar que depois conseguirá efetuar o pagamento ao banco, para quem busca um fiador. É uma operação de banco. Bom, 80% dos jovens não se enquadram nem no art.170, nem no Fies e nem tem a chance lotérica de conseguir uma universidade pública.

Então, estes 80% dos jovens de agora estão fadados a trabalhar sem qualificação. Ele não consegue realizar o sonho de fazer uma faculdade, de fazer um curso técnico, profissionalizante, na intenção de, de fato, ter uma vida melhor por conta daquilo que ele sabe fazer.

Por isso, apresentei esse projeto de lei, a chamada faculdade pós-paga. Na faculdade pós-paga o aluno faz a faculdade que ele quiser, a faculdade que cabe no mercado, não importa o quanto custa. O governo criaria uma forma de bancar todos os anos de faculdade, três a quatro anos e, depois de formado, ele pagará a faculdade, exatamente como é feito com a BMW, por exemplo, três ou quatro anos depois que está feito o carro, começa-se a pagar mês a mês tudo o que usou para construir a fábrica. Só que ao invés de ser uma fábrica, seria um aluno.

Então, na ideia da faculdade pós-paga, o aluno faz a faculdade, não precisa oferecer nenhuma garantia, a garantia será o diploma, e, inclusive podemos colocar na lei que o conselho regional profissional pode cassar o registro se ele não cobrir as mensalidades. por comportamento ético e equivocado. Ai, sim, dessa maneira poderemos fazer um grande processo de inclusão social, dando a oportunidade para 400 ou 500 mil jovens de Santa Catarina fazer a faculdade que desejarem em busca de uma qualidade de vida melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALGINO - Sr. presidente, quero compartilhar um texto

com uma pequena justificativa e o chamamento ao voto no próximo domingo que, certamente, é o assunto político mais relevante que temos no país, que vive, novamente, numa encruzilhada histórica: se deseja o retrocesso ou se deseja aprofundar as mudanças que o Brasil tem vivido na última década.

Permitam-me compartilhar o que já fiz em rede social, um pequeno texto que fiz sobre isso.

(Passa a ler.)

"Há quem não se importe com os 34 milhões que saíram da miséria, que é o equivalente a uma Argentina, dos quais milhões são crianças;

Há quem não se comova com o país ter saído do mapa da fome;

Há quem considere menor o fato de o salário mínimo, que valia US\$ 70 em 2002, agora valer quase US\$ 300;

Há quem veja com indiferença o sumiço das placas, tão comuns na minha adolescência, de: 'não há vagas';

Há quem desdenhe da inequívoca constatação que a vida de todos e de todas brasileiras está melhor hoje, que há uma década;

Há os que contorcem o canto da boca ao ver uma empregada doméstica com o filho e a filha na universidade e com os seus direitos regulamentados;

Há até os que desdenham ao ver gente simples em universidades públicas e privadas, em aeroportos e dentro de carros;

Há os que desconsideram a importância de uma secretaria de Mulheres para combater à violência ou uma CPI para institucionalizar o combate ao racismo;

Há os que renegam o esporte como política pública!

Se você é um desses, a democracia, fruto no Brasil da luta de mulheres como Dilma Rousseff, permite divergência.

Mas se você se arrepende ao ver uma filha de pedreiro virando doutora; se você sorri ao ver um filho de costureira sem medo do desemprego; se entusiasma ao ver que o país mudou, cresceu e distribuiu renda, então, somos irmãs e irmãos de sonhos e temos muito a fazer até o dia 26 de outubro e mais ainda depois dele, pois os nossos sonhos são maiores do que nós e maiores que governos: são para o país, para nossos filhos e filhas, netos e netas, e para filhos e filhas, netos e netas daqueles que nem conhecemos, mas sabemos que sonham também com dias melhores, onde o justo e fraterno sejam nosso dia a dia e pertençam a todas as pessoas!"

Eu pertenço a uma geração, senhores e senhoras, também pessoas que estão presentes no plenário, que sonhou muito com o fato de o Brasil distribuir renda, que sonhou muito que pudéssemos diminuir a desigualdade social, que sonhou muito para que o salário mínimo chegasse a US\$ 100, que hoje chega perto US\$ 300.

É claro, que o Brasil não é ainda o país que sonhamos, é claro que o estágio que nos encontramos demonstra que temos muito a fazer, mas não se chega a um lugar caminhando em sentido contrário. Eu tenho convicção de que o Brasil ainda precisa crescer mais, o Brasil precisa distribuir mais renda, dar mais saúde ao nosso povo, dar mais educação e segurança ao nosso povo, mas é claro que para isso é preciso que o Brasil primeiramente, o mais importante de tudo, desenvolva-se e distribua renda, porque para nós não tem solução um país empobrecido para dividir miséria. Por isso, queremos um país que se desenvolva e seja bom para todos, para que assim como eu, outras filhas de pedreiro possam aspirar

uma universidade, outras filhas de costureira possam aspirar um mundo novo.

Hoje vamos aos aeroportos do Brasil e vemos a cara de um novo Brasil. Aeroportos que comportam negros e pessoas pobres, esse é o novo Brasil. Um Brasil diferente daquele que a minha geração viu, como já mencionei no texto, um país inundado pelas placas que diziam: não há vagas. Quando começamos no primeiro emprego era essa a placa que mais víamos!

E hoje, vemos placas simpáticas que dizem: Venham fazer parte da nossa equipe. Esse Brasil que tem emprego, que distribuiu renda, que aumentou salários, que protegeu as mulheres, que fez a Lei Maria da Penha, que combateu o racismo de forma institucional, que combateu a homofobia. É esse o Brasil que queremos desenvolver. Ainda mais e cada dia, lutando e buscando aperfeiçoar o que construímos, mas sabendo qual é o rumo e qual a direção que o Brasil quer para os seus filhos e filhas.

E concluo, sr. presidente, dizendo que esse Brasil que agora dia 26 de outubro escolhe o seu novo caminho, escolhe o caminho dos próximos quatro anos, é o Brasil que precisamos deixar para os nossos filhos, para as nossas filhas, netos e netas, um país melhor do que pegamos. Eu tenho convicção nesse caminho que fizemos hoje, e que precisamos perseguir todos os dias para avançar, não apenas o país, mas cada um e cada uma de nós que nele vive, que escolhemos como pátria e que desejamos ver cada vez melhor e mais justo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados aos PSD.

Consulto o sr. deputado Gelson Merisio se deseja fazer uso da palavra.

(Pausa)

(O sr. deputado Gelson Merisio abdica da palavra.)

Não havendo deputados do PSD que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, o deputado Gelson Merisio abdicou do uso da palavra, porque deve estar fazendo as tratativas, certamente muito bem costuradas no que diz respeito à próxima legislatura. Com certeza a tramitação no dia a dia e a conversa ao pé do ouvido devem estar conduzindo-o ao posto da presidência dos trabalhos desta Casa na próxima Legislatura.

Gostaria de aproveitar o espaço do PT na tarde de hoje para fazer algumas considerações, e que também têm sido feitas por vários parlamentares.

As eleições estão se aproximando - serão no próximo domingo, dia 26 - e vários deputados estão trabalhando para as eleições estaduais e, em nível de país, para a disputa presidencial mais uma vez, e na qual depositamos a luz de todo um processo construído e de várias ações desenvolvidas de maneira muito especial ao longo desses últimos 12 anos. Eu, pessoalmente, acredito que o povo brasileiro não perderá a oportunidade de avançar ainda mais nas diferentes políticas públicas construídas nos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff, e que não foram poucas. Foram ações de números extraordinários, mas, acima de tudo, estratégicas de inclusão social e de desenvolvimento do nosso país. E

podíamos fazer menção a várias delas, passando pela nossa agricultura familiar até o ensino público superior.

Quando me refiro à agricultura familiar no nosso país é importante lembrarmos o que era o Pronaf da agricultura familiar, do Plano Safra de 2002/2003, que chegou verdadeiramente a ser aplicado R\$ 1,8 bilhão. O que Santa Catarina prevê para o Plano Safra 2014/2015 é muito mais do que foi aplicado anteriormente, superando o ordem de R\$ 1 bilhão, pois estão previstos agora para o próximo período R\$ 2,8 bilhões, só para Santa Catarina.

Portanto, R\$ 1 bilhão a mais do que foi aplicado, investido no Plano Safra da agricultura familiar no contexto nacional. Sem contar aqui os inúmeros desdobramentos que aconteceram tanto na parte do custeio quanto do investimento dentro do Pronaf que contempla a nossa agricultura familiar. É o Pronaf Mais Alimento, é o Pronaf Seguro, é o Pronaf Jovem, é o Pronaf Mulher. Enfim, nós tivemos vários desdobramentos que contemplaram imensamente e que ajudaram a desenvolver com qualidade a nossa agricultura familiar em todo o nosso país.

Se nós entrarmos na questão da educação, principalmente do que trata a educação superior, sem nos esquecer dos avanços que tivemos dentro da educação profissionalizante, que não foram poucos os investimentos, foram inúmeras as oportunidades estendidas ao povo brasileiro, quando a exigência na qualificação da mão de obra se torna cada vez maior, o governo federal tem colocado, com maestria, ao alcance das pessoas, a qualificação através das escolas profissionalizantes, sem contar com o desdobramento com relação ao ensino superior, quanto evoluímos na questão das universidades, bem como em programas como o ProUni, o Bolsa Família, o Fies e assim por diante, oportunizando, de maneira especial, a muitos e muitas daqueles e daquelas que não tinham a oportunidade de acessar e ingressar no ensino superior. Então, esses foram alguns dos avanços que nós tivemos.

Mas gostaria de aproveitar estes dois minutos que me restam para fazer o registro e enaltecer a postura clara, decisiva do governador Raimundo Colombo no apoio à reeleição da nossa presidente Dilma Rousseff. Não somente o gesto de gratidão dele, mas o gesto extraordinário de reconhecimento por aquilo que o governo federal tem feito ao nosso estado e, neste sentido, o compromisso profundo, decisivo do governador Raimundo Colombo em apoiar a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, neste momento eleitoral.

Assim sendo, quero deixar aqui também o meu reconhecimento como integrante do PT, deste Parlamento, reeleito pela quarta vez como deputado estadual, a este momento extraordinário e este gesto profundo que o nosso governador faz no que diz respeito à reeleição da nossa presidenta Dilma Rousseff no contexto nacional, por aquilo que ele está fazendo neste momento em defesa do projeto nacional, entendendo e reconhecendo que é o projeto melhor para a nação catarinense e para a nação brasileira.

Por isso quero deixar aqui este registro na tarde de hoje, no horário reservado ao Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PP, nós, por um acordo de lideranças em que,

quando terminar o horário dos Partidos Políticos antes das 16h, que é o horário destinado à Ordem do Dia, suspenderemos a sessão até as 16h para que os deputados possam descer a plenário e deliberar as matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Respeitando este acordo, está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos projetos de lei n.s: 0104/2014, 0158/2014, 0184/2014, 0187/2014, 0197/2014, 0224/2014 e 0225/2014.

A comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0206/2014, 0357/2014, 0403/2014, 0418/2014, 0459/2014, 0462/2014, 0475/2014, 0477/2014, 0493/2014, 0526/2014 e 0556/2014.

Discussão e votação em turno único do Projeto de n. 0117/2014, de origem governamental, que institui o Programa Estadual de Educação a Distância (Proedis) e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0001/2014, de autoria da deputada Angela Albino e outros, que acrescenta as alíneas "a" e "b" ao inciso IV do art. 132 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

A pedido da deputada Angela Albino, foi retirada da pauta a Proposta de Emenda à Constituição n. 0001/2014.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0034/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que institui a obrigatoriedade diária de divulgação de fotos de crianças desaparecidas nos noticiários de TV e jornais sediados em Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0065/2014, de autoria do deputado Valmir Comin, que institui o Programa de Inclusão Profissional Pós-Acolhimento Institucional, no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de

Finanças e Tributação e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0076/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que obriga a impressão do Calendário Oficial de Vacinação na contracapa dos cadernos distribuídos gratuitamente aos alunos das escolas públicas estaduais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro

turno do Projeto de Lei n. 0102/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Selo Jovem no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Esta presidência comunica que encaminhará ao destinatário, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 433, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 781 e 782 de autoria do deputado Carlos Chiodini; 783 de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o Requerimento n. 784,

de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Conselho Municipal de Educação de Blumenau, pedindo informações sobre o posicionamento desse conselho diante da imposição da Prefeitura de Blumenau em reduzir a meio período a permanência das crianças de 4 a 5 anos nas escolas da rede pública de Blumenau, a partir do próximo ano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 767, de 18 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2271/2014,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **VANIA ELIZABET SAMUEL DE TOLEDO**, matrícula nº 647, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-47, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 48,33%(quarenta e oito vírgula trinta e três por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3 e 41,67% (quarenta e um vírgula sessenta e sete por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-2, totalizando 90% (noventa por cento);

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 768, de 18 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2298/2014,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **JULIO CESAR PRATES**, matrícula nº 1248, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 60%(sessenta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, que adicionado aos 40%(quarenta por cento) do valor da função de Chefe de Setor, código PL/CAS-3, atualmente correlacionada com a de nível PL/FC-3, concedida pela Resolução nº 316/1990, de 24/4/1990, totalizam 100% (cem por cento);

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança e oportunizando ao servidor fazer opção pela estabilização precedente ou a função de confiança atualmente designado, respeitando-se o princípio da estabilidade financeira, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 769, de 18 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 524/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **JAYR DE OLIVEIRA MATTOS FILHO**, matrícula nº 1373, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 4,17%(quatro vírgula dezessete por cento) do valor da diferença do vencimento do seu cargo efetivo e seu cargo em comissão, código PL/DAS-6, mediante substituição de 4,17% (quatro vírgula dezessete por cento) do valor da função de Assistente, código PL/CAS-1; atualmente correlacionado com a de nível PL/FC-3, concedido pela Resolução nº 1421/1991, de 22/7/1991, que adicionado aos 29,03% (vinte e nove vírgula três por cento) remanescente do valor da função de Assistente, código PL/CAS-1; 26,70% (vinte e seis vírgula setenta por cento) do valor da função de Adjunto de Serviço, código PL/CAS-2; 35% (trinta e cinco por cento) do valor da função de Chefe de Seção, código PL/CAS-4, todas atualmente correlacionadas com a de nível PL/FC-3 e 5,10% (cinco vírgula dez por cento) da diferença entre o valor do seu cargo efetivo e o de Diretor de

Divisão, código PL/DASU-4, atualmente correlacionada com a de nível PL/DAS-6, totalizam 100% (cem por cento).

b) 4,17% (quatro vírgula dezessete por cento) da gratificação de exercício correspondente ao valor da Função de Confiança, código PL/FC-6, totalizando 4,17% (quatro vírgula dezessete por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da Função de Confiança e de 11 de março de 2014 para a Gratificação de Exercício, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 770, de 18 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2123/2014,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **ANA MARIA MAIA RAMOS**, matrícula nº 1606, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-52, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 10% (dez por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, que acrescido aos 40% (quarenta por cento) do valor da função de Chefe de Setor, código PL/CAS-3, atualmente correlacionada com a de nível PL/FC-3, concedida pela Resolução nº 692/1989, de 12/5/1989 e 20% (vinte por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, concedido através do Ato da Mesa nº 468, de 1º/8/2013, totalizam 70% (setenta por cento);

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança e oportunizando à servidora fazer opção pela estabilização precedente ou a função de confiança atualmente designada, respeitando-se o princípio da estabilidade financeira, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 771, de 18 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2252/2014,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **SERGIO FRANCISCO AMBROSI**, matrícula nº 1986, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 5% (cinco por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-5 mediante substituição de idêntico percentual da Função de Confiança, código PL/FC-3 concedidos através dos Atos da Mesa nº 607, de 10/10/2013 e nº 415, de 7/8/2014, que adicionado aos 40% (quarenta por cento) do valor da função de Adjunto de Serviço, código PL/CAS-2, atualmente correlacionada com a de nível PL/FC-3 adquiridos anteriormente pela Res. nº 1128/1991; 10% (dez por cento) do valor da diferença do vencimento de seu cargo efetivo e do valor do cargo comissionado, código PL/DAS-6, concedido através do Ato da Mesa nº 607, de 10/10/2013; 3,36% (três vírgula trinta e seis por cento) remanescente do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3 concedido através do Ato da Mesa nº 415, de 7/8/2014 e 41,64% (quarenta e um vírgula sessenta e quatro por cento) do

valor da função de confiança PL/FC-5, adquiridos anteriormente pelos Atos da Mesa nº 607, de 10/10/2013 e Ato da Mesa nº 415, de 7/8/2014, totalizam 100% (cem por cento);

Art. 2º MANTER 10% (dez por cento) do valor equivalente a FC-6 como Gratificação de Exercício, estabilizado pelo Ato da Mesa nº 607/13, de 10/10/2013.

Art. 3º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 772, de 18 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2117/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **JOSE SOUZA FILHO**, matrícula nº 2211, ocupante do cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-30, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 20% (vinte por cento) da diferença do valor do vencimento do seu cargo efetivo e seu cargo em comissão, código PL/DAS-6 que adicionado aos 67% (sessenta e sete por cento) da diferença do valor de seu cargo efetivo e o do cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código DCA-4 e 13% (treze por cento) da diferença do valor de seu cargo efetivo e o de Secretário Parlamentar, código PL/3-CC, ambas atualmente correlacionadas com a de nível PL/DAS-6, concedidas através da Resolução nº 1313, de 5/9/2001, totalizam 100% (cem por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 773, de 18 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2379/2014,

RESOLVE: com fundamento no § 5º, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **JACQUELINE S. THIAGO DE CARVALHO QUARESMA**, matrícula nº 1170, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-70, a contar de 25 de outubro de 2014.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 774, de 18 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2421/2014,

RESOLVE: com fundamento no § 5º, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **JOYCE DOS SANTOS ALVES**, matrícula nº 1178, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-50, a contar de 26 de outubro de 2014.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 775, de 18 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **RUBENS MANOEL JUSTINO**, matrícula nº 1838, da função de Chefe da Seção - Manutenção, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de novembro de 2014 (DA - Coordenadoria de Serviços Técnicos).

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 776, de 18 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **THESSALIA MAY RODRIGUES**, matrícula nº 1426, da função de Gerência - Centro de Memória, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 11 de novembro de 2014 (DL - CD - Gerência do Centro de Memória).

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 777, de 18 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **MARLI LIMA BARROSO**, matrícula nº 1132, da função de Assessoria técnica-administrativa - Atendimento a Pesquisa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 11 de novembro de 2014 (DL - CD - Gerência do Centro de Memória).

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 778, de 18 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

Art. 1º DESIGNAR a servidora **MARLI LIMA BARROSO**, matrícula nº 1132, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Gerência - Centro de Memória, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 11 de novembro de 2014 (DL - CD - Gerência do Centro de Memória).

Art. 2º Por ter estabilizado função de confiança, deverá fazer opção pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 779, de 18 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

Art. 1º DESIGNAR o servidor **CLAUDIO JOSE RAMOS COUTO**, matrícula nº 1399, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer a função de Assessoria técnica-administrativa - Atendimento a Pesquisa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 11 de novembro de 2014 (DL - CD - Gerência do Centro de Memória).

Art. 2º Por ter estabilizado função de confiança, deverá fazer opção pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 780, de 18 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **JOAO CARLOS DOS SANTOS**, matrícula nº 1121, da função de Chefia de Seção - Serviços de Copa, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 5 de novembro de 2014 (CGP - Chefia de Gabinete da Presidência).

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 781, de 18 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

AUTORIZAR o afastamento do servidor **JULIO BARBOSA MATIAUDA**, matrícula nº 2160, eleito para a Diretoria do SINDALESC, gestão 2014/2017, para atuar junto àquela entidade, com remuneração integral e sem prejuízo funcional, a contar de 11 de novembro de 2014.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 782, de 18 de novembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Cooperação Técnico-Institucional nº 005/2008 e seus aditivos, celebrado entre a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e o Tribunal de Contas do Estado, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,

COLOCAR À DISPOSIÇÃO do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, até 31 de dezembro de 2014, o servidor **MARCOS GRAFF CESAR**, matrícula nº 1729, ocupante do cargo de Consultor Legislativo I, código PL/ASI-60, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 12 de novembro de 2014.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 783, de 18 de novembro de 2014

Dispõe sobre as férias gerais dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º As férias gerais dos servidores do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa serão fruídas no mês de janeiro, a partir do primeiro dia útil, por 30 (trinta) dias consecutivos.

§ 1º A escala de férias será elaborada pela Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais, conforme prevê o art. 43-A da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e será editada por meio de Portaria do Diretor-Geral da ALESC.

§ 2º Para fins de coincidência com o período estabelecido no *caput*, os servidores que integralizarem o período aquisitivo de férias até o final do mês de fevereiro serão incluídos na escala de férias no mês de janeiro do mesmo ano.

§ 3º Fica facultada a fruição de férias em 2 (dois) períodos, não inferiores a 10 (dez) dias consecutivos, conforme dispõe o art. 59 da Lei nº 6.745, de 28 de janeiro de 1985, com a redação dada pela Lei Complementar nº 605, de 18 de dezembro de 2013.

§ 4º Publicada a escala de férias do exercício, os Diretores e responsáveis pelos Gabinetes Parlamentares terão até o dia 8 de dezembro do mesmo ano para transferirem as férias dos servidores para outra data, no mesmo exercício, de acordo com interesse da administração.

§ 5º O pagamento do terço constitucional de férias será realizado no mês em que o servidor usufruir suas férias ou, na hipótese da ocorrência prevista no § 3º deste artigo, no primeiro período, conforme prevê o art. 59-A da Lei nº 6.745, de 1985, com a redação dada pela Lei Complementar nº 605, de 2013.

Art. 2º O servidor que desejar alterar o período de fruição de suas férias deverá formalizar pedido, junto ao Protocolo Geral da ALESC, devidamente motivado, fazendo constar o período ou períodos, no caso do fracionamento previsto no § 3º do art. 1º deste Ato, com manifestação favorável da chefia imediata, dirigido ao Diretor-Geral da ALESC, ao qual caberá deliberar.

§ 1º O pedido de antecipação de férias deverá ser formalizado, no mínimo, 20 (vinte) dias antes do mês em que se dará a fruição.

§ 2º O pedido de transferência da fruição de férias deverá ser formalizado, no mínimo, 15 (quinze) dias antes do início da previsão vigente.

§ 3º Fica vedada a sustação de férias para data oportuna.

Art. 3º Será suspensa a fruição de férias do servidor que no período previsto encontrar-se em licença ininterrupta para tratamento de saúde ou licença para repouso à gestante, devendo as férias serem usufruídas a partir do primeiro dia útil subsequente ao término da licença.

Art. 4º Os servidores à disposição da ALESC, comissionados ou não, usufruirão suas férias de acordo com a programação de seu órgão de origem.

Parágrafo único. Fica sob a responsabilidade do servidor à disposição a marcação do período de fruição de férias no órgão de origem e o registro destas junto ao setor de Recursos Humanos deste Poder, o que deve ser efetuado, obrigatoriamente, por meio do Protocolo Geral.

Art. 5º Esta Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Ato da Mesa nº 397, de 29 de novembro de 2011.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 784, de 18 de novembro de 2014

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado parcialmente na importância de R\$ 2.130.000,00 (dois milhões, cento e trinta mil reais), nas atividades e fontes abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:

01000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	01.122.0920.0416.1144		
Elemento/Fonte	339093 - 300	R\$	2.000.000,00
Sub-total		R\$	2.000.000,00
Atividade	01.031.0925.0229.1155		
Elemento/Fonte	339030 - 100	R\$	80.000,00
Sub-total		R\$	80.000,00
Atividade	01.031.0820.0320.1128		
Elemento/Fonte	339039 - 262	R\$	50.000,00
Sub-total		R\$	50.000,00
Total		R\$	2.130.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementados nas atividades e fontes abaixo discriminadas, os seguintes elementos de despesa:

01000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	01.122.0920.0416.1144		
Elemento/Fonte	339046 - 300	R\$	2.000.000,00
Sub-total		R\$	2.000.000,00
Atividade	01.031.0925.0229.1155		
Elemento/Fonte	339047 - 100	R\$	20.000,00
Elemento/Fonte	339035 - 100	R\$	30.000,00
Elemento/Fonte	339031 - 100	R\$	30.000,00
Sub-total		R\$	80.000,00
Atividade	01.031.0820.0320.1128		
Elemento/Fonte	339093 - 262	R\$	50.000,00
Sub-total		R\$	50.000,00
Total		R\$	2.130.000,00

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9 HORAS DO DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às nove horas do dia quatro de novembro do ano de dois mil e quatorze, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniram-se os membros da Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputado(a)s: Aldo Schneider, Ana Paula Lima, Jean Kuhlmann, José Nei Ascari, Mauro de Nadal, Neodi Saretta e Silvio Dreveck. O Deputado Narcizo Parisotto encaminhou um ofício justificando sua ausência na reunião. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei nº 0103.7/2014, exarou parecer

favorável com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão, foi cedido vista em gabinete ao Deputado Aldo Schneider; o Projeto de Lei nº 0215.3/2014, exarou parecer pela rejeição da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0245.9/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; voto vista ao Projeto de Lei nº 0190.0/2011, exarou parecer favorável ao relator pela rejeição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Neodi Saretta** relatou o voto vista ao Projeto de Lei nº 0113.9/2014, exarou parecer favorável ao relator com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Nei Ascari** relatou o Projeto de Lei nº 0237.9/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto, posto em discussão e votação, foi aprovado por

unanimidade; o Projeto de Lei nº 0157.0/2014, exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; voto vista ao Projeto de Lei nº 0059.9/2014, exarou parecer favorável ao relator pela rejeição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Aldo Schneider** relatou o Projeto de Lei nº 0277.6/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0595.6/2013, exarou parecer pela rejeição da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0251.7/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** em nome do **Deputado Narcizo Parisotto** relatou o Projeto de Lei nº 0255.0/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Ana Paula Lima** relatou o Projeto de Lei nº 0278.7/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0150.3/2014, exarou parecer pela rejeição da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; voto vista ao Projeto de Lei nº 0242.6/2014, exarou parecer favorável ao parecer do relator com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0222.2/2014, exarou parecer favorável ao relator pela rejeição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; voto vista ao Projeto de Lei Complementar nº 0033.5/2013, exarou parecer pelo apensamento ao Projeto de lei Complementar nº 0020.0/2013 nos termos do artigo 210 do Regimento Interno que, posto em discussão, foi redistribuído ao deputado Jean Kuhlmann. O **Deputado Jean Kuhlmann** relatou o Projeto de Lei nº 0200.7/2014, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0021.1/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, 04 de novembro de 2014

Deputado Marcos Vieira

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9 HORAS DO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às nove horas do dia onze de novembro do ano de dois mil e quatorze, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniram-se os membros da Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputado(a)s: Aldo Schneider, Ana Paula Lima, Jean Kuhlmann, José Nei Ascari, Narcizo Parisotto e Neodi Saretta. Os Deputados Mauro de Nadal e Silvio Dreveck, encaminharam um ofício justificando sua ausência na reunião. O **Deputado José Nei Ascari** relatou o Projeto de Lei nº 0276.5/2014, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0106.0/2014, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0219.7/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; voto vista ao Projeto de Lei nº 0110.6/2014, exarou parecer concordando com o requerimento da deputada Ana Paula Lima pela realização de Audiência Pública que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com relação a realização de Audiência Pública, a sugestão do Deputado Marcos Vieira é que a mesma dar-se-á de forma conjunta com as Comissões de Finanças e Tributação; Trabalho,

Administração e Serviço Público e a Comissão de Turismo e Meio Ambiente com o propósito de acelerar a tramitação do Projeto de Lei .Evidentemente se os demais membros dessas comissões concordarem. O Projeto de Lei nº 0007.8/2014, exarou parecer pela rejeição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Narcizo Parisotto** relatou o Ofício nº 0614.0/2014, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0253.9/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0216.4/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Aldo Schneider** relatou o Projeto de Lei nº 0282.3/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão foi cedido vista em gabinete a deputada Ana Paula Lima. O **Deputado Neodi Saretta** relatou o Projeto de Lei nº 0279.8/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Ana Paula Lima** exarou voto vista ao Projeto de Lei nº 0119.4/2013, exarou parecer pela rejeição que, posto em discussão foi cedido vista em gabinete ao deputado José Nei Ascari. O **Deputado Jean Kuhlmann** relatou o Projeto de Lei nº 0283.4/2013, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi cedido vista em gabinete ao deputado Neodi Saretta; o Projeto de Lei Complementar nº 0013.1/2013, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2014

Deputado Marcos Vieira

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia vinte e um de outubro do ano de dois mil e quatorze, na Comissão de Educação Cultura e Desporto, sob a Presidência do Deputado Antonio Aguiar, amparado no artigo 123, parágrafo 1º do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 8ª Reunião Ordinária. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: **Luciane Carminatti, Silvio Dreveck, Ismael dos Santos, Sargento Amauri Soares**. O Presidente passou a palavra para ao Deputado Ismael dos Santos , que relatou o Projeto de Lei de nº 0167.1/2014, que altera o dispositivo da lei nº 12.278, de 17 de junho de 2002, que autoriza a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto a criar turmas gratuitas de pré-vestibular para alunos da rede pública, com parecer favorável, que posto em discussão, foi concedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Antonio Aguiar; o Projeto de Lei de nº 0076.0/2011, exarou parecer favorável, que posto em votação, foi aprovado por unanimidade; Os Ofícios de nºs 0660.5/2014, 0521.6/2014, 0525.0/2014, 0207.3/2013, 0567.9/2014, 0555.5/2014, 0620.8/2014, 0648.9/2014, 0547.5/2014, 0644.5/2014; 0301.7/2014, 0462.1/2014, 0422.4/2014, 0361.8/2014, 0425.9/2014, 0502.3/2014, 0396.8/2014, todos com pareceres favoráveis, que colocados em votação, foram aprovados por unanimidade. Na sequência a **Deputada Luciane Carminatti** relatou os Ofícios de nºs 0378.6/2014, 0307.2/2014, 0459.6/2014, 0528.2/2014, 0529.3/2014, 0206.9/2014, 0638.7/2014, 0648.9/2014, todos com pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Ofício de nº 0308.3/2014 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0207.3/2013, que dispõe sobre a presença do segundo professor nas salas de aula de ensino básico regular das escolas pública do Estado de Santa Catarina, com parecer favorável, com pedido de vista da Deputada Luciane Carminatti não foi deliberado, permanecendo

sobrestado na Comissão. O Deputado Sargento Amauri Soares relatou os Ofícios de nºs 0556.6/2014, 0569.0/2014, 0464.3/2014, 0357.1/2014, 0471.2/2014, 0367.3/2014, 0013.2/2014, 0561.3/2014, 0057.3/2014, 00236.4/2014, 0164.5/2014, 0364.3/2014, todos com pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, o Ofício de nº 0236.4/2014, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0032.9/2014 exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi concedido pedido de vista à Deputada Luciane Carminatti. O Deputado Antonio Aguiar relatou o Projeto de Lei de nº 0117.2/2014, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Ofícios de nºs 0551.1/2014, 0074.4/2014, 0548.6/2014, todos com pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei de 001.2/2014 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi aprovado por unanimidade; os Ofícios de nºs 0376.3/2014, 0418.8/2014; 0493.8/2014; 0475.6/2014, 0403.1/2014, 0350.5/2014, 0613.9/2014, 0509.0/2014, 0615.0/2014 e 0526.0/2014 todos com pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O Presidente encaminhou o Ofício de nº 037/2014, endereçado ao Deputado Dóia Guglielmi, solicitando a indicação do novo membro da Comissão para substituir o Deputado Dado Cherem. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a reunião, da qual, eu, Mabel Santos da Silva, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Florianópolis, 24 de outubro de 2014. Deputado Antonio Aguiar Presidente

*** X X X ***

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA

À uma hora e trinta minutos do dia cinco de novembro de dois mil e catorze, reuniram-se, na Sala de Imprensa desta Casa, as deputadas Ana Paula Lima, Ada Faraco De Luca e os deputados Valmir Comin e Gilmar Knaesel. Ausentes: deputado Altair Guidi (atestado médico), Edison Andriano e Jean Kulmann. Assuntos do dia: 1) **PL./0174.0/2013**, de autoria da Dep. Angela Albino, institui a Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar Eólica e adota outras providências. Relator: Dep. Gilmar Knaesel. APROVADO. 2) **PL./0113.9/2014**, de autoria do Dep Valdir Cobalchini, unifica o licenciamento ambiental para obras públicas, define prazos e adota outras providências. Relator: Dep Ana Paula Lima. APROVADO. 3) **PL./0001.2/2014**, de autoria do Dep. P. Pedro Baldissera, que declara a Oktoberfest do município de Itapiranga, integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina. APROVADO. 4) **PL./0196.6/2013**, de autoria deputada Luciane Carminatti. Institui a Política Estadual de Incentivo e Apoio à Captação e Armazenamento de água nas propriedades rurais de SC. Relator: Dep Valmir Comin. Deputada Ana Paula Lima solicitou vistas. 6) **Of./0405.3/2014**, de autoria de entidade social, encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Hermann Weege, de Pomerode, referente ao exercício de 2013. Relator: Dep. Ana Paula Lima. APROVADO. 6) **Of./0247.7/2013**, de autoria de entidade social. Encaminha documentação para título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto de Pesquisas Ambientais e Desenvolvimento Humano Catarinense (IPADHC), de Capivari de Baixo. REJEITADO. A entidade não foi encontrada. Não existe mais. Arquivamento. 7) **Of./029/2014** de autoria da Câmara Municipal de Chapadão de Lageado, solicitando apoio ao Projeto de Captação de água que se encontra na FUNASA, junto a Superintendência Estadual. APROVADA MOÇÃO DE APOIO. 8) **Of./17/2014**, da Associação de Proteção Ambiental de Aguapé. Solicita audiência Pública para criação de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, na Lagoa de Sombrio e na Lagoa de Caverá. APROVADO. Deve ser realizada dia 02 de dezembro de 2014, no município de Sombrio. Nada mais havendo a tratar, a senhora

Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Luiz Carlos Alves Júnior, chefe de secretaria da Comissão, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente. Florianópolis, cinco de novembro de dois mil e catorze.

Ana Paula Lima
Presidente da CTMA

*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1872/2014, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 032/2014, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A TROCA DE REVESTIMENTO ACÚSTICO DOS ESTÚDIOS DA RÁDIO E DA TVAL DA ALESC.

RESTOU FRACASSADA

Florianópolis, 11 de novembro de 2014
VALTER EUCLIDES DAMASCO
PREGOEIRO

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2144/2014, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 038/2014, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE NO-BREAK DE 40 KVA COM REDUNDÂNCIA, PARA UTILIZAÇÃO DO CPD DA ALESC.

Vencedora: WEG AUTOMAÇÃO CRITICAL POWER LTDA

Valor do Último Lance: R\$ 131.000,00

Florianópolis, 18 de novembro de 2014

VALTER EUCLIDES DAMASCO
PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 145/2014

REFERENTE: **Contrato CL nº 025/2014, celebrado em 30/10/2014.**

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Eletronema Ltda.

OBJETO: Aquisição de um gerador singelo, linha diesel, com potencia de 460/ 434/ 347 KVA - 368/ 347/ 278 KWE (Emergência / Principal / Comum), trifásico, com fator de potencia 0,8, na tensao de 380Vca em 60 Hz.

VALOR GLOBAL: R\$ 173.900,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/93 com suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 51/2014, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe e; Pregão Presencial nº 024 de 07/10/2014.

Florianópolis, 14 de novembro de 2014.

Deputado Romildo Titon - Presidente da ALESC

Fabiola de Oliveira Lehmkuhl

*** X X X ***

EXTRATO Nº 146/2014

REFERENTE: Contrato CL nº 027/2014, celebrado em 03/11/2014.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Result Consultoria e Administração de Negócios-EIRELI.

OBJETO: contratação de empresa especializada na implementação de novas funcionalidades ao Sistema BSC/BS3 que contempla a metodologia de Gestão de Projetos (PMI e de Autoavaliação), baseado na excelência pública - MEGP, entre outras funcionalidades, integração e treinamento.

VIGÊNCIA: 03/11/2014 a 03/11/2015

VALOR GLOBAL: R\$ 1.475.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/1993 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 02 de 10/7/2014 e Edital de Pregão Presencial nº 22 de 25/9/2014.

Florianópolis, 14 de novembro de 2014.

Deputado Romildo Titon - Presidente da ALESC

Douglas José Alexandria Rocha- Diretor Executivo

*** X X X ***

EXTRATO 147/2014

REFERÊNCIA: Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 015/2014 oriunda do Pregão Presencial CL nº 026/2014.

OBJETO: Fornecimento de suprimentos de informática.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (03 de novembro de 2014).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520/2002, no Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, no Decreto Federal nº 7.892/13, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 26 de 09/10/2014.

LOTE 3				Marca	Valor (R\$)	
Item	Qtd	Unid.	Produtos		Unitário	Total
13	4	Unid.	Cartucho de Toner 12A5845 para impressora Lexmark Optra T610/T612/T614/T616, com capacidade de impressão de 25.000 páginas, considerando 5% de cobertura em formato A4. Produto 100% novo e original do fabricante.	Lexmark	322,65	1.290,60
Valor Total						1.290,60

1ª REGISTRADA: Comercial Porto Alegrense de Máquinas

Calculadoras Ltda.

Endereço: Rua Duque de Caxias, nº 170, Porto Alegre, RS, CEP 901070-280.

Fone/fax (51) 3023-1875

e-mail: licitacao@portoalegrense-rs.com.br

CNPJ/MF nº 287.138.145/0001-31

2ª REGISTRADA: Niehues Comércio e Representações Ltda.

Florianópolis, 14 de novembro de 2014

Deputado Romildo Titon- Presidente da ALESC

Gilberto Oliveira Moreira- Sócio

Antônio Carlos Ckless- Sócio

*** X X X ***

EXTRATO 148/2014

REFERÊNCIA: Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 016/2014 oriunda do Pregão Presencial CL nº 026/2014.

OBJETO: Fornecimento de suprimentos de informática (cartuchos).

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (03 de novembro de 2014).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520/2002, no Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, no Decreto Federal nº 7.892/13, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 26 de 09/10/2014.

LOTE 5				Marca	Valor (R\$)	
Item	Qtd	Unid	Produtos		Unitário	Total
15	15	Unid	Cartucho de toner TN-315 BKST preto, para multifuncional (original)	Brother	162,53	2.437,95
16	10	Unid	Cartucho de toner TN-315 CST ciano, para multifuncional (original)	Brother	196,00	1.960,00
17	10	Unid	Cartucho de toner TN-315 BMST magenta, para multifuncional (original)	Brother	196,00	1.960,00
18	10	Unid	Cartucho de toner TN-315 YS amarelo, para multifuncional (original)	Brother	196,00	1.960,00
19	120	Unid	Cartucho de toner TN-650, para multifuncional Brother MFC 8890DW (original)	Brother	1.647,00	19.680,00
20	60	Unid	Cartucho de toner TN-580, para multifuncional Brother MFC 8860D (original)	Brother	148,00	8.880,00
21	100	Unid	Cartucho de toner TN-560, para multifuncional Brother MFC 8820D (original)	Brother	197,00	19.700,00
VALOR TOTAL						56.577,95

1ª REGISTRADA: Escrimate Comercial e Serviços de Informática Eireli.

Endereço: Rua Ataúlfo Alves, nº 186, Roçado, São José, SC, CEP: 88.108-220

Fone/fax (48) 3034-3060

e-mail: licitacao@escrimate.com.br

CNPJ/MF nº 00.748.569/0001-30

2ª REGISTRADA: Infotriz Comercial Ltda.

Florianópolis, 17 de novembro de 2014

Deputado Romildo Titon- Presidente da ALESC

Robson Cardoso- Sócio

*** X X X ***

EXTRATO 149/2014

REFERÊNCIA: Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 018/2014 oriunda do Pregão Presencial CL nº 026/2014.

OBJETO: Fornecimento de suprimentos de informática (cartuchos e toner).

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (03 de novembro de 2014).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520/2002, no Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, no Decreto Federal nº 7.892/13, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 26 de 09/10/2014.

LOTE 2				Marca	Valor (R\$)	
Item	Qtd	Unid.	Produtos		Unitário	Total
2	10	Unid.	Toner p/ impressora HP Laser Jet Q2612-A (original)	HP	188,53	1.885,30
3	300	Unid.	Cartucho de tinta preta 51645-AI (HP 45) para impressora jato de tinta HP 930/1220 (original)	HP	101,28	30.384,00
4	300	Unid.	Cartucho de tinta tricolor C6578-ai (HP 78) para impressora jato de tinta HP 930/1220/3820 (original)	HP	145,93	43.779,00
5	30	Unid.	Cartucho de tinta tricolor C6657-AI (HP 57 - 17 ml) p/ impressora jato de tinta HP 5550/5650 - (original)	HP	80,06	2.401,80
6	30	Unid.	Cartucho de tinta para impressora jato de tinta HP 5550/5650 preto 19 ml ref. 6656-A (original)	HP	55,26	1.657,80
7	325	Unid.	Cartucho de tinta cor C9363 - WI (HP 97) para impressora jato de tinta HP 5940/ 6940 (original)	HP	75,96	24.687,00

8	425	Unid.	Cartucho de tinta preta C8767 - WI (HP 96) para impressora jato de tinta HP 5940/6940) (original)	HP	74,38	31.611,50
9	30	Unid.	Cartucho HP 950 preto CN049S (original)	HP	67,42	2.022,60
10	20	Unid.	Cartucho HP 951 cyan CN050S (original)	HP	51,15	1.023,00
11	20	Unid.	Cartucho HP 951 magenta CN051S (original)	HP	51,15	1.023,00
12	20	Unid.	Cartucho HP 951 yellow CN052S (original)	HP	51,15	1.023,00
Valor Total					141.498,00	

1ª REGISTRADA: Port Distribuidora de Informática e Papelaria Ltda.

Endereço: Fazenda Ponte Alta de Cima, Rodovia DF-001, Interseção com a Rodovia DF-475- S/N, Galpão 01, Cidade Satélite do Gama, Brasília, DF, CEP 72427-010

Fone/fax (31) 3349-5040

e-mail: licitacao@portinfo.com.br

CNPJ/MF nº 08.228.010/0001-90

2ª REGISTRADA: Aquinzel Suprimentos para Inf. e Escritório e Rep. Com. Ltda.

Florianópolis, 18 de novembro de 2014

Deputado Romildo Titon- Presidente da ALESC

Débora dos Santos Bispo- Procuradora

*** X X X ***

EXTRATO 150/2014

REFERÊNCIA: Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 020/2014 oriunda do Pregão Presencial CL nº 028/2014.

OBJETO: Aquisição de 40 televisores, sendo 20 de 32" e 20 de 42".

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (30 de setembro de 2014).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520/2002, no Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, no Decreto Federal nº 7.892/13, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 28 de 14/10/2014.

Item	Qtde.	Unid.	Especificações Técnicas	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total do Item R\$
1	20	Unid.	<p>Aparelho televisor de 32" LED Full HD</p> <p>Imagem/tela:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Display: LED Full HD - Medida diagonal da tela (mm): 810 mm - Medida diagonal da tela (pol.): 32 polegadas - Resolução de imagem: 1920 x 1080p - Proporção da imagem: 16:9 - Brilho: 300 cd/m² - Aprimoramento de imagens: Digital Crystal Clear, PMR (Perfect Motion Rate) de 120 Hz <p>Interação Inteligente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fácil de usar: Botão Home com funções centralizadas - Firmware atualizável: Firmware atualizável via USB - Ajustes do formato da tela: 4:3, 14:9, Zoom 14:9, 16:9, Automática, Cinema, Legenda - Guia eletrônico de programação*: Guia eletrônico de programação em 8 dias <p>Áudio:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Potência de saída (RMS): 10W - Recursos de áudio: Nivelador Automático de Volume (AVL), Dynamic Bass Enhancement, Controle de altos e graves, Equalizador <p>Conectividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de conexões HDMI: 2 - Número de componentes em (YPbPr): 1 - Número de conexões USBs: 1 - Outras conexões: Antena tipo F, Saída de áudio digital (coaxial), Saída para fone de ouvido <p>Aplicações de multimídia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formatos de reprodução de vídeo: Contêineres: AVI, MKV, H264/MPEG-4 AVC, MPEG-1, MPEG-2, MPEG-4 - Formatos de reprodução de música: MP3 - Formatos de reprodução de imagem: JPEG <p>Resoluções de imagem compatíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entradas do computador: até 1920 x 1080 a 60 Hz para computadores - Entradas de vídeo: 24, 25, 30, 50, 60 Hz, até 1920 x 1080p <p>Sintonizador/Recepção/Transmissão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - TV Digital: DTV, DTV - Reprodução de vídeo: NTSC, PAL 	Philips 32PFL3008/78	1.153,57	23.071,40

			<p>Alimentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alimentação: AC 120 a 220 V 50/60 Hz - Temperatura ambiente: 5°C a 35°C - Consumo de energia no modo de espera: < 0,5 W - Recursos de economia de energia: Timer de desligamento automático, Picture mute (para rádio) - Consumo de energia: 45 W <p>Dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Profundidade da caixa: 150 mm - Altura da caixa: 525 mm - Largura da caixa: 800 mm - Profundidade do aparelho: 64,9 mm - Altura do aparelho: 454 mm - Largura do aparelho: 738 mm - Profundidade do aparelho (com pedestal): 180 mm - Altura do aparelho (com pedestal): 495 mm - Largura do aparelho (com pedestal): 738 mm - Peso do produto: 6,3 kg - Peso do produto (+base): 7 kg - Peso, incluindo embalagem: 9,2 kg - Instalação compatível para parede.: 100 x 100 mm <p>Acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acessórios inclusos: Controle remoto, Duas pilhas AAA, Suporte para cima da mesa, Guia de início rápido, Folheto de garantia, Manual do Usuário. 			
2	20	Unid.	<p>Aparelho televisor de 42" LED Full HD</p> <p>Imagem/tela:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Display: LED Full HD - Medida diagonal da tela (mm): 1070 mm - Medida diagonal da tela (pol.): 42 polegadas - Resolução de imagem: 1920 x 1080p - Proporção da imagem: 16:9 - Brilho: 300 cd/m² - Aprimoramento de imagens: Digital Crystal Clear, PMR (Perfect Motion Rate) de 120 Hz <p>Interação Inteligente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fácil de usar: Botão Home com funções centralizadas - Firmware atualizável: Firmware atualizável via USB - Ajustes do formato da tela: 4:3, 14:9, Zoom 14:9, 16:9, Automática, Cinema, Legenda - Guia eletrônico de programação*: Guia eletrônico de programação em 8 dias <p>Áudio:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Potência de saída (RMS): 10W - Recursos de áudio: Nivelador Automático de Volume (AVL), Dynamic Bass Enhancement, Controle de altos e graves, Equalizador <p>Conectividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de conexões HDMI: 2 - Número de componentes em (YPbPr): 1 - Número de conexões USB: 1 - Outras conexões: Antena tipo F, Saída de áudio digital (coaxial), Saída para fone de ouvido <p>Aplicações de multimídia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formatos de reprodução de vídeo: Contêineres: AVI, MKV, H264/MPEG-4 AVC, MPEG-1, MPEG-2, MPEG-4 - Formatos de reprodução de música: MP3 - Formatos de reprodução de imagem: JPEG <p>Resoluções de imagem compatíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entradas do computador: até 1920 x 1080 a 60 Hz para computadores - Entradas de vídeo: 24, 25, 30, 50, 60 Hz, até 1920 x 1080p - Sintonizador/Recepção/Transmissão - TV Digital: DTV, DTV - Reprodução de vídeo: NTSC, PAL 	Philips 42PFL3008/78	1.841,43	36.828,60

		<p>Alimentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alimentação: AC 120 a 220 V 50/60 Hz - Temperatura ambiente: 5°C a 35°C - Consumo de energia no modo de espera: < 0,5 W - Recursos de economia de energia: Timer de desligamento automático, Picture mute (para rádio) - Consumo de energia: 80 W <p>Dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Profundidade da caixa: 150 mm - Altura da caixa: 680 mm - Largura da caixa: 1065 mm - Profundidade do aparelho: 71,6 mm - Altura do aparelho: 586 mm - Largura do aparelho: 972 mm - Profundidade do aparelho (com pedestal): 230 mm - Altura do aparelho (com pedestal): 630 mm - Largura do aparelho (com pedestal): 972 mm - Peso do produto: 10,98 kg - Peso do produto (+base): 12,44 kg - Peso, incluindo embalagem: 14,96 kg - Compatível com montagem padrão VESA: 200 x 100 mm <p>Acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acessórios inclusos: Controle remoto, Duas pilhas AAA, Suporte para cima da mesa, Guia de início rápido, Folheto com informações legais e de segurança, Folheto de garantia, Manual do Usuário 			
Valor Total do Lote 01			R\$ 59.900,00		

1ª REGISTRADA: BEEB2 Informática Ltda.

Endereço: Avenida Lédio João Martins, nº 435, Conjunto 501, Kobrasol,
CEP: 88102-000 Fone/fax (48) 3047-1828

e-mail: leandro@bee2b.com.br

CNPJ/MF nº 12.450.249/0001-88

Florianópolis, 18 de novembro de 2014

Deputado Romildo Titon - Presidente da ALESC

Leandro Heitor Becker - BEE2B Informática Ltda

*** X X X ***

EXTRATO Nº 151/2014**10º Termo Aditivo de 06/11/2014, referente ao Contrato CL nº 034/2009, celebrado em 11/11/2009.**

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Quality's Coletas Transportes Serviços Ltda.Me

OBJETO: Termo aditivo que tem como finalidade prorrogar excepcionalmente a vigência do Contrato CL Nº 034/2009-00 pelo período compreendido entre 11/11/2014 e 10/01/2015, podendo ser rescindido antecipadamente em face de processo licitatório que se encontra em andamento.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 combinado com o § 4º do mesmo artigo; Item 4.2 da Cláusula Quarta do Contrato original; e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 17 de novembro de 2014.

Deputado Romildo Titon - Presidente da ALESC

Edson Adilso Heck- Sócio Administrador

*** X X X ***

PARECER

Projeto de Lei nº: PL/0258.3/2014

Origem: Governamental

Assunto: "Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2012-2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 2011".

Relator: Deputado Gilma Knaesel

PARECER PRELIMINAR

Senhoras Deputadas e

Senhores Deputados,

1 - R E L A T Ó R I O

Com base no art. 128, Inciso VI do Regimento Interno desta Casa Legislativa, avoquei o Projeto de Lei nº 0258.3/2014, que "**Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2012-2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 2011**" ao qual cumpre-me o dever de emitir Parecer Preliminar.

O Projeto ora em análise, foi elaborado em consonância com as normas e princípios constitucionais que disciplinam o Plano Plurianual - PPA, com a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e com a Lei nº 16.445, de 05 de agosto de 2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício financeiro de 2015.

O Plano Plurianual - PPA é um instrumento de planejamento estratégico de médio prazo que, de forma ordenada e regionalizada, expressa as ações que o governo pretende desenvolver para atingir os objetivos e metas nos quatro anos seguintes à sua aprovação.

O Plano Plurianual - PPA determina que as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública sejam regionalizadas e tenham o alcance de quatro anos, cabendo aos Orçamentos Anuais a função de reduzir as desigualdades entre as regiões.

A revisão do Plano Plurianual está embasada na Constituição Federal de 1988, referendada no Art. 120 da Constituição Estadual de 1989, possuindo em alguns aspectos, regulamentação, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e observando o que dispõe o art. 8º da Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011, que instituiu o Plano Plurianual - PPA - 2012-2015.

Configurando-se como medida de grande importância não apenas para o processo de planejamento e implementação das ações governamentais.

A revisão anual do PPA é necessária para o seu aperfeiçoamento, que ocorre por meio da atualização dos programas e ações que o constitui, de modo a refletir as demandas da sociedade.

Se, de um lado, cabe ao Poder Executivo a iniciativa da apresentação da proposta de revisão, de outro cabe a esta Casa, com a legitimidade e a experiência política que possui, aperfeiçoá-la.

Os artigos 165 e 166 da Constituição Federal adotam as Leis Orçamentárias como instrumentos do Planejamento Governamental, estabelecendo uma hierarquia e conexão entre o PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual.

Nessa análise preliminar realizada por esta relatoria, constatamos que o Plano Plurianual continua composto por 84 (oitenta e quatro) programas, sendo 67 (sessenta e sete) programas finalísticos de governo, 10 (dez) programas de apoio administrativo e 07 (sete) programas de gestão de políticas públicas.

Constatamos ainda, nesta análise preliminar, à adequação de metas físicas e financeiras de algumas subações, que segundo a Secretaria de Estado da Fazenda, estas alterações se fazem necessárias para ajustar as dotações das subações frente ao estágio da execução das mesmas e à realidade econômica do Estado.

E ainda, inclusão de 111 (cento e onze) novas subações, (conforme relatório em anexo), visando corrigir algumas distorções verificadas na

execução dos anos anteriores. A inclusão destas novas subações, não implicaram no aumento global do PPA - 2012-2015, pois suas dotações foram suplementadas de outras subações.

Das 111 (cento e onze) subações inclusas, 77 (setenta e sete) foram propostas para as Secretarias de Desenvolvimento Regional - SDRs; 5 (cinco) foram propostas para a Secretaria de Estado da Administração; 1 (uma) para Secretaria de Estado da Educação; 3 (três) para Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC; 2 (duas) para Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - Fundo Estadual de Assistência Social; 1 (uma) para o Secretaria de Estado da Infraestrutura - DETER; 2 (uma) para Secretaria de Estado da Saúde - Fundo Estadual de Saúde; 12 (doze) para SCPAR-Porto de Imbituba S/A; 1 (uma) para Secretaria de Estado da Casa Civil; 4 (quatro) para Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S/A - CASAN; e 1 (uma) para a Secretaria de Estado do Planejamento.

Segundo o Senhor Secretário de Estado da Fazenda, a revisão do Plano Plurianual - PPA 2012-2015, para o exercício de 2015, constante do Projeto ora em análise, não implica na alteração dos compromissos assumidos e dos objetivos estabelecidos na Lei nº 15.722, de 22 de Dezembro de 2011. A base estratégica do Plano não foi alterada com a revisão proposta e mantém os mesmos critérios e diretrizes que balizaram a sua elaboração.

2 - DO ORÇAMENTO REGIONALIZADO

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina, visando cumprir disposições constitucionais e legais do Orçamento Regionalizado, realizou 13 Audiências Públicas nos meses de maio e junho de 2014, com o objetivo de mais uma vez ouvir a sociedade catarinense, ampliando a discussão dos investimentos públicos necessários para o desenvolvimento do Estado.

Conforme a metodologia utilizada na realização das Audiências Públicas Regionais pela Assembleia Legislativa, a Comissão de Finanças e Tributação deliberou pelo critério da escolha de três prioridades por Secretaria de Desenvolvimento Regional que ainda não tinham sido priorizadas.

Estas prioridades foram inseridas em sua totalidade, por este Deputado como Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em seu Anexo de Metas e Prioridades, como prioridades a serem incluídas na proposta orçamentária para 2015 (LOA- 2015).

No relatório final, analisaremos as prioridades de cada região, para o exercício de 2015, a fim de verificar se constam da proposta ora em análise encaminhada pelo Poder Executivo a esta Casa e, no caso de não atendidas, serão incluídas sob forma de emendas do Relator.

3 - CONCLUSÃO

Após as observações já discutidas, concluímos que foram preenchidos os requisitos legais para sua tramitação, deixando para o relatório final a análise mais aprofundada dos itens que compõem o corpo do presente Projeto de Lei, bem como, manifestação global acerca das emendas e alterações propostas.

São estas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, as nossas considerações preliminares ao Projeto de Lei nº PL/0258.3./2014, **“Altera a Programação Físico- Financeira do Plano Plurianual 2012-2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 2011”**

Finalmente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, apresentamos aos nobres pares o Cronograma de Tramitação do Projeto de Lei nº 0258.3/2014, de acordo com os artigos 278 a 301 do Regimento Interno desta Casa.

CRONOGRAMA DE TRAMITAÇÃO DO PL 0258.3/2014 - REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA 2012-2015.

DATA	TRÂMITE
12/11/2014	Apresentação do Parecer Preliminar
13/11/2014	Publicação do Parecer Preliminar
14 a 21/11/2014	Prazo para apresentação de emendas Parlamentares
03/12/2014	Relator apresenta o Parecer Conclusivo
04/12/2014	Publicação do Parecer Conclusivo
09/12/2014	Votação do Projeto em Plenário
10/12/2014	O Projeto retorna à Comissão de Finanças e Tributação para elaboração da Redação Final
11/12/2014	Votação em Plenário da Redação Final
12/12/2014	Publicação da redação Final
15/12/2014	Mesa encaminha autógrafa ao Governador para sanção

As Emendas ao PL nº 0258.3/2014 serão elaboradas através do site da Assembleia Legislativa, =>Orçamento Estadual=> Sistema do Orçamento Estadual - SOE, que deverão ser enviadas, impressas em três vias e protocoladas na Comissão de Finanças e Tributação.

É o parecer.

Florianópolis, 12 de novembro de 2014.

Deputado Gilmar Knaesel

Relator

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2166, de 14 de novembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANDRE GUIMARÃES PEREIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Manoel Mota - Tubarão).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2167, de 14 de novembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora VERA INES SCHOPPEN VERONESE, matrícula nº 6916, de PL/GAB-71 para o PL/GAB-70, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de Novembro de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2168, de 14 de novembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor LUCIANO PORTO, matrícula nº 4059, de PL/GAB-72 para o PL/GAB-79, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de Novembro de 2014 (Gab Dep Altair Guidi).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2169, de 14 de novembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
5482	EUCLIDES MANGONI	15	21/10/2014	2531/2014
6349	FÁBIO DA VEIGA	15	31/10/2014	2533/2014
1678	IVENS ANTONIO SCHERER	60	30/10/2014	2532/2014
424	JOSE CARLOS DA SILVEIRA	60	27/10/2014	2534/2014
3349	LETICIA KATIA DOS SANTOS DELA ROCA	15	03/11/2014	2535/2014
2661	ROSE MARI BARGEN	15	05/11/2014	2536/2014
5691	VALDECIR VARGAS	15	30/10/2014	2537/2014

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2170, de 14 de novembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1006	IVAN DE ALMEIDA VIANNA	90	07/11/2014	2543/2014
2148	LAURA ELITA VIEIRA AMORIM	60	02/11/2014	2542/2014
2103	MARIA LUCIA FEDELI GONCALVES	30	02/11/2014	2541/2014
1485	ROMARIO DA SILVA	60	29/10/2014	2540/2014
1999	ROSELIA FLORENCIO	30	28/10/2014	2539/2014
1986	SERGIO FRANCISCO AMBROSI	31	07/11/2014	2538/2014

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2171, de 17 de novembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GERALDO PEREIRA, matrícula nº 6900, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Maurício Eskudlark - Itapema).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2172, de 18 de novembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013.

DESIGNAR a servidora **LARISSA GARCIA MARTINS**, matrícula nº 6867, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Seção - Assessoramento de Relações Humanas, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, BEATRIZ CAMPOS ELIAS ACORSI, que se encontra em licença para tratamento de saúde por mais noventa dias, a contar de 11 de outubro de 2014 (DRH - Coordenadoria de Estágios Especiais).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2173, de 18 de novembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013.

DESIGNAR o servidor **REMI DE FAVERIS**, matrícula nº 7526, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica Administrativa-Secretaria, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, LARISSA GARCIA MARTINS, por 90 (noventa) dias, a contar de 10 de outubro de 2014 (DRH - Coordenadoria de Estágios Especiais).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 019/2014

Institui o dia 6 de dezembro como o Dia de Mobilização Estadual dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o dia 6 de dezembro como o Dia de Mobilização Estadual dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 076/2014

Veda a formalização de contratos públicos entre órgãos e entidades que compõem a Administração Pública estadual com empresas que utilizem trabalho análogo ao de escravo na produção de bens e serviços.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º São nulos de pleno direito os contratos celebrados entre a Administração Pública estadual e as empresas inseridas no

Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Art. 2º É vedada a formalização de contratos de qualquer natureza, incluindo os relativos à concessão de serviços públicos e programas de apoio e linhas de crédito, pela Administração Pública estadual direta ou indireta, com as empresas inseridas no Cadastro mencionado no art. 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 238/2012

Dispõe sobre normas de segurança, fiscalização e a manutenção de equipamentos de lazer em parques de diversões, *playgrounds*, parques infantis e praças, instalados em espaços públicos e em bufês infantis e estabelecimentos particulares similares que explorem atividades recreativas, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Os equipamentos de lazer em parques de diversões, *playgrounds*, parques infantis e praças, instalados em áreas públicas e em bufês infantis e estabelecimentos particulares similares que explorem atividades recreativas, devem estar de acordo com as normas definidas na NBR 14350-1 e 14350-2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para a sua instalação, manutenção e o seu funcionamento.

Art. 2º Ao lado de cada equipamento instalado nos locais referidos no art. 1º desta Lei devem ser afixados cartazes, em local visível para os seus usuários, indicando suas especificações e limitações para uso, conforme instrução do fabricante, nos termos da Norma Técnica vigente expedida pela ABNT, com uma via do Laudo Técnico dos equipamentos.

Art. 3º A autoridade competente fiscalizará a existência de Laudo Técnico e a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), semestralmente, para todos os equipamentos instalados nos espaços públicos e estabelecimentos referidos no art. 1º desta Lei.

Art. 4º A não observância das determinações contidas nesta Lei, quando se tratar de espaços de lazer de domínio do Poder Público implicará:

I - em advertência por escrito ao responsável pela administração do estabelecimento; e

II - fechamento imediato de todo o espaço de lazer até a sua adequação às determinações contidas nesta Lei.

Art. 5º A não observância das determinações contidas nesta Lei, quando se tratar de estabelecimentos particulares acarretará:

I - notificação para adequação no prazo máximo de 90 (noventa) dias;

II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e mais 30 (trinta) dias para adequação em caso de reincidência; e

III - interdição definitiva de todo o estabelecimento até a completa regularização, no caso de nova reincidência.

Art. 6º As adequações decorrentes desta Lei devem ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da sua regulamentação pelo Poder Executivo.

Art. 7º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 281/2014

Altera a Lei nº 14.398, de 2008, que declara de utilidade pública a Associação dos Corredores de Rua de Joinville (CORVILLE).

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 14.398, de 2 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação Corville de Atletismo, de Joinville.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Corville de Atletismo, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º À Entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de novembro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 287/2013

Altera a Lei nº 13.325, de 2005, que dispõe sobre a comercialização de produtos combustíveis ao consumidor final.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 13.325, de 20 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Os postos revendedores ficam obrigados a exibir, de maneira correta e clara, o nome da empresa distribuidora fornecedora dos combustíveis, de modo a assegurar ao consumidor o prévio conhecimento sobre a origem e a qualidade do produto adquirido, inclusive com a exposição obrigatória em local de ampla visualização dos consumidores dos telefones do Procon, da Secretaria de Estado da Fazenda, da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e do Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis, participantes do programa de defesa do consumidor denominado Pró-Combustíveis.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de novembro de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 287/2014

Fixa o subsídio do Deputado Estadual, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O subsídio do Deputado Estadual, no âmbito do Estado de Santa Catarina, para a 18ª (décima oitava) Legislatura, a iniciar-se em 1º de fevereiro de 2015, fica fixado em 75% (setenta e cinco por cento) do que percebe o Deputado Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2015.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de novembro de 2014.

Deputado **GILMAR KNAESEL**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***